

31/03/2017 - Tele Time

Para André Borges, sobrevivência da Oi é essencial para o equilíbrio do mercado

São cada vez mais intensas as notícias e rumores sobre uma iminente intervenção na Oi por parte do governo. O secretário de telecomunicações André Borges, em entrevista a este noticiário, mostra-se ainda confiante em relação a uma alternativa de mercado para a operadora, mas lembra que isso só acontecerá se antes a empresa conseguir aprovar um plano de recuperação, o que passa por um entendimento entre credores e acionistas e, necessariamente, por resolver o problema de sua dívida com o governo. Para ele, a Oi tem papel fundamental no equilíbrio competitivo do mercado e não pode deixar de existir.

TELETIME – Sobre a intervenção na Oi. Qual é a chance disso acontecer hoje, de 0 a 10?

André Borges – É complicado precisar desta maneira. Mas vemos alternativas aparecendo de mercado. Há pelo menos quatro, algumas com soluções sustentáveis. Há o próprio Tanure, há a proposta da Orascom, a do fundo Elliot e a do Ricardo K. É muita gente interessada. Mas todas elas têm como pressuposto a aprovação de um plano de recuperação. Não existe solução de mercado sem isso, qualquer que seja o plano. E qualquer plano aprovado será suficiente para assegurar a sobrevivência da companhia sem sobressaltos e riscos de perda de qualidade de serviço ou continuidade. E na medida que você chega nessa condição, alguém vai querer (a empresa). O papel do Estado em termos de limpar esse terreno não será o de favorecer um ou outro, ou garantir financiamento ou nada nesse sentido. O sa-

crifício do próprio governo é em relação às condições de mercado de negociar as dívidas dos bancos públicos, como é da vida de qualquer banco.

E como fica a questão da dívida com a AGU?

Esses créditos nasceram na Anatel. Em tese a credora é ela, e deveria ter a gestão desses recursos. A AGU é o advogado que executa a dívida. Mas do jeito como a coisa é estruturada no Brasil, esse advogado trabalha solto, é um advogado que não tem cliente. E ele entende que as ações possíveis são limitadas por força de lei. A gente respeita essa posição. Mas por isso resta claríssimo que há uma necessidade exatamente para dar uma viabilidade e tirar esses empecilhos legais. Tanto em relação à intervenção quanto na adequação do crédito com o governo. Porque se você insiste numa cobrança pura e simples, vai ser a própria União a decretar a falência de uma empresa, sendo que ela não deseja isso

Não só não deseja como pensar numa operadora como a Oi hoje, falindo, traz um risco sistêmico real ao funcionamento do setor...

Exatamente. Daí a necessidade de se implementar um diploma legal, por meio de uma Medida Provisória, que enderece estas insuficiências e lacunas. Na medida em que esse ajuste na lei exista, o governo terá exaurido o seu papel. E caberá ao bom senso dos credores e controladores viabilizar um acordo.

Leia mais em: <http://migre.me/wmDrh>

31/03/2017 - RBA

Em dia de protestos, Temer sanciona terceirização irrestrita

Texto foi publicado ainda nesta sexta em edição extra do 'Diário Oficial da União' e passa a valer imediatamente

Com três vetos, o presidente Michel Temer (PMDB) sancionou nesta sexta-feira (31), dia nacional de mobilização as reformas impostas por seu governo, a lei que libera a terceirização para todas as atividades das empresas. O texto foi publicado ainda hoje em edição extra do Diário Oficial da União e passa a valer imediatamente. Contra as

reformas da Previdência e trabalhista, os movimentos populares e sindicais estão convocando uma greve geral para o dia 28 de abril.

Foram vetados o parágrafo terceiro, do Artigo 10 – que previa a possibilidade de prorrogação do prazo de 270 dias dos contratos temporários ou de experiência – e, os artigos 11 e 12, que repetiam direitos que já estão na Constituição Federal.

Segundo nota do Planalto, o parágrafo terceiro do Artigo 10 da lei



aprovada pelo Congresso abria a possibilidade de prorrogações indefinidas do contrato temporário de trabalho, desde que isso fosse aprovado em acordo ou convenção coletiva, "o que poderia prejudicar os trabalhadores".

O projeto enfrenta resistências até dentro do partido de Temer. O principal crítico da proposta é o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Além dele, um grupo de senadores peemedebistas pediu a Temer,

em carta, que o projeto não fosse aprovado, afirmando que, da forma como foi aprovado pela Câmara na semana passada, o texto poderá agravar o desemprego e reduzir a arrecadação.

Nas mobilizações de hoje, trabalhadores, movimentos populares e sindicais que foram às ruas de todo o país para protestar contra as reformas da Previdência e trabalhista, portavam também cartazes contra a lei que permite terceirizar a atividade-fim.



31/03/2017 - Telesíntese

MP libera governo para intervir em qualquer concessão, e não só na Oi

A Medida Provisória, em gestação no Palácio do Planalto, irá autorizar a intervenção do Poder Executivo jamais imaginada por qualquer corrente filosófica. O documento a que o Tele.Síntese teve acesso mexe em duas leis: a 11.101 – que trata de recuperação judicial, extrajudicial e falência; e a lei 10.522 – que trata dos créditos não quitados. E libera a União para indicar interventor para qualquer serviço sob concessão, permissão ou autorização públicas, estando ou não em recuperação judicial (o que inclui não apenas a Oi e as demais empresas de telecomunicações, mas também as empresas de energia, portos, ferrovias, e mesmo radiodifusão). Para essa intervenção, basta que a “situação econômica-financeira das empresas coloque em risco a prestação dos serviços à população”.

A proposta de MP tem singelos três artigos. Mas faz transformações profundas nos artigos 53-A; 60; 64-A; 66; 67;99;108;117; 139; 192;195;195-A; 195-B da legislação de falência. E mexe também no artigo 10-B da lei que trata da quitação dos débitos com a União.

Entre as mudanças na atual legislação proposta, a MP vai fazer as seguintes

alterações:

débitos não tributários – O governo abre mão de arrecadar as dívidas não tributárias contraídas por qualquer dessas empresas, e aceita que elas sejam transformadas em investimentos

alienação de bens – ficam submetidas à anuência prévia do governo; e os bens essenciais passarão a ser administrados pela União; mesmo locação ou arrendamento de bens móveis e imóveis dependerão de prévia anuência

intervenção – na intervenção, a União pode substituir o devedor, os diretores e os membros do conselho de administração; o administrador judicial perde o poder atual; a intervenção poderá ocorrer sempre que as empresas se “colocarem em situação econômico-financeira que coloque em risco a prestação dos serviços à população”. A oneração de patrimônio ou contratação e demissão de pessoal, só com expressa autorização do governo

recuperação judicial – a prioridade de pagamento passa a ser para os créditos quirográficos de fornecedores de bens e serviços que continuarem a prestar o serviço e aos créditos não tributários contraídos junto ao Poder Con-

cedente. Pode ser decretada a intervenção mesmo que a empresa esteja em recuperação judicial. Se a intervenção for feita antes do pedido da recuperação judicial, a recuperação não pode mais ocorrer.

falência- a decretação de falência extingue automaticamente as outorgas

débitos tributários – os débitos tributários poderão ser parcelados em até 20 anos.

Dúvidas Legais

Juristas ouvidos pelo portal indicam que essa Medida Provisória poderá ter o efeito completamente contrário ao que deseja o governo, tamanha a intervenção proposta, justamente porque ela está sendo gestada em um momento em que o Executivo está tentando atrair o capital privado, através da oferta de venda de 55 concessões.

E questionam ainda os argumentos usados pelo setor de telecom para justificar a publicação da MP, para acelerar a intervenção da Oi, sob a justificativa de que a MP não mexe na Lei Geral de Telecomunicações, mas na lei de falências, e assim não estaria descumprindo a Constituição, que proibiu mudanças no setor mediante Medida Provisória. “ Pode ser um debate para o STF”, alertam.

31/03/2017 - Telesíntese

Juiz alega quebra de confiança e troca PwC por BDO na administração judicial da Oi

Segundo o juiz Fernando Viana, responsável pelo processo, PwC cometeu erros "inaceitáveis", como deixar credores fora da lista e duplicar créditos que ampliam a dívida da tele em R\$ 2 bilhões.

O juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio, Fernando Viana, decidiu nesta sexta-feira, dia 31, substituir a PricewaterhouseCoopers (PwC) da função de administrador financeiro da recuperação judicial do Grupo Oi pela empresa BDO Consultoria, indicada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O magistrado justificou sua decisão pela quebra de confiança no trabalho da PwC na condução do processo.

Segundo o juiz, desde o início, a Price parece ter tido dificuldades em compreender seu papel na recuperação da Oi. “Ao, por exemplo, estabelecer a remuneração dos AJs (administradores judiciais), a PwC se equivocou barbaramente ao informar por petição que reduziria o escopo do seu trabalho na medida em que os honorários por ela propostos seriam reduzidos”, escreveu o juiz Fernando Viana na decisão.

“No decorrer da fase administrativa, este Juízo pôde acompanhar o grau de zelo e dedicação do AJ financeiro, que ficou muito aquém das

expectativas, tendo sido necessária a intervenção do Juízo em mais de uma oportunidade para que o trabalho fluísse”, completou.

O rompimento da confiança entre o juiz e a empresa teve seu ponto alto na entrega da lista de credores. A PwC, que ficou responsável pela elaboração e preparação do edital, cometeu erros apontados pelo magistrado como inaceitáveis, deixando credores de fora da lista, incluindo credores que não deveriam lá constar e duplicando créditos que aumentaram a dívida da Oi em mais de R\$ 2 bilhões.

“A duplicação de créditos é um erro grosseiro, inaceitável que não poderia, de forma alguma, acontecer. E, para completar o quadro, foi apresentado ao Juízo pedido de prorrogação do prazo para apresentação da lista de credores”, assinalou o juiz, ao considerar inadmissível o pedido de prorrogação.

Leia mais em: <http://migre.me/wmADA>



31/03/2017 - Telesíntese

Oi reitera sustentabilidade das operações

Operadora afirma que vem negociando "incansavelmente" com credores para chegar a um plano de recuperação judicial coerente. Anatel mantém o veto à participação de dois indicados do Société Mondiale no board da companhia.

O governo brasileiro está seguindo muito de perto a evolu o das negocia es entre Oi e credores, e a Anatel está tomando atitudes mais rígidas, como pedindo para as concorrentes fazerem planos de mitiga o de riscos de rede e deixa preparada Medida Provisória antecipada hoje o Tele.Síntese, que propõe intervir em todas as concessões. Diante desse tiroteio, a operadora e seus acionistas reafirmam a busca por uma soluço que garanta a sustentabilidade da operadora, em nota divulgada hoje, 31,   tarde:

"A Oi informa que sua administra o está comprometida em garantir a sustentabilidade da companhia e os resultados positivos que têm sido obtidos demonstram a viabilidade da empresa e sua robustez operacional. A Oi vem desempenhando suas atividades normalmente e tem apresentado boa performance no negócio, registrando aumento na gera o de caixa e crescimento no volume de investimentos em 2016, além de melhoria nos indicadores de qualidade e nos índices de satisfa o dos clientes", diz.

Segundo a concessionária, a moviment o do governo   natural. "A companhia

v  com naturalidade o acompanhamento que a Anatel tem feito sobre a situa o da empresa, mas entende que as melhorias que vem registrando mostram que não há nada que coloque em risco o serviço que a companhia presta a seus clientes e   cadeia do setor de telecomunica es", acrescenta.

Por fim, o presidente da Oi, Marco Schroeder, destaca que a empresa tem sido pr -ativa na busca de uma soluço para sua recupera o judicial. "  parte do nosso comprometimento também buscar intensamente e incansavelmente as alternativas possíveis para viabilizar o entendimento, o mais rapidamente possível, entre acionistas e credores, no sentido de se chegar a um acordo que assegure um ambiente positivo para o futuro da Oi.   importante que as duas partes, entendendo suas responsabilidades, se engajem para alcançar a aprova o de um plano de Recupera o Judicial que fortaleça a Oi. Tenho certeza que há um interesse comum pelo bem da companhia e buscarei ser um facilitador do entendimento", afirma o presidente da Oi, Marco Schroeder.

Anatel mant m veto a nomes do Société Mondiale no Conselho

A Anatel decidiu nesta sexta-feira, 31, recusar recurso da Oi que pedia permissão para que dois executivos indicados pelo fundo Société Mondiale tomassem assento no conselho de administra o da companhia. A decisão se deu em circuito deliberativo, e impede a presença de Nelson Tanure e Pedro Grossi Junior no board.

Segundo a  g ncia, se eles tomassem posse, o conselho da Oi passaria a ter menos executivos independentes que o mínimo determinado em estatuto, que   de ao menos 20% dos membros. E d  prazo de 20 dias para que a diretoria da empresa encaminhe os documentos dos executivos que, hoje, são considerados independentes – ou seja, aqueles sem qualquer vínculo direto com os acionistas.

A Anatel mant m, também, a presença de um representante seu nas reuniões do conselho de administra o da companhia e ressalta que a Oi deve submeter para aprova o prévia qualquer altera o no conselho, inclusive quanto a suplentes. Também solicita informa es detalhadas sobre a implanta o de mecanismos de governança corporativa e pulveriza o do capital.

30/03/2017 - Agência Brasil

STF decide que governo não   responsável por d vida trabalhista de terceirizada

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (30) que a administra o pública não pode ser responsabilizada por d vidas trabalhistas de terceirizadas contratada por ela, como empresas que fazem a limpeza e a segurança de órgãos públicos.

Por 6 votos a 5, a maioria dos ministros entendeu que os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos estados e da União somente podem ser responsabilizados se ficar comprovado falhas na fiscaliza o. A decisão terá impacto em mais de 50 mil processos que estavam parados na Justiça e aguardavam decisão da Corte.

O julgamento começou em fevereiro e foi retomado hoje com o voto do ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo desempate da

vota o. Para o ministro, administra o pública terceiriza os serviços e não pode ser ficar com o  nus de um empregador.

"Exigir que a administra o pública proceda in totum [na totalidade] a exaustivas rotinas de vigilância de execu o de contratos terceirizados, me parece que não apenas corrói a lógica econ mica dessas avenças [acordos] de terceiriza o, como imputa ao tomador de serviço uma responsabilidade diretiva, t pica da subordina o empregatícia", argumentou Moraes.

Os ministros julgaram recurso protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para garantir que o governo federal não seja responsabilizado por débitos trabalhistas.



01/04/2017 - Rede Brasil Atual

Sátira ao 'Globo' enfurece família Marinho

A Globo tem de parar de ficar tão nervosinha. Há décadas os programas de humor satirizam o que e quem eles querem e ninguém jamais pensou em fazer disso caso de polícia

No dia da mentira e aniversário do golpe de 1964, uma sátira do jornal O Globo, que circulou em São Paulo, causou uma enorme repercussão, obrigando a próprio Globo e seus satélites a divulgarem a notícia.

O que chama a atenção é a fúria com que os donos da Globo, os maiores traficantes de pós-verdades do nosso continente, trataram uma sátira inocente.

A declaração do diretor-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), que faz parte da rede de instituições controladas pela Globo, parece destinada contra terroristas do Estado Islâmico, e não para os humoristas políticos que tiveram uma ideia genial.

A distribuição de uma edição falsa com a logomarca do GLOBO ocorre no mesmo momento em que o jornal lança uma campanha contra a produção e a veiculação de notícias falsas, as chamadas "fake news". O GLOBO vê no episódio uma atitude criminosa e vai tratar o assunto através de seu Departamento Jurídico.

(...) A Associação Nacional de Jornais (ANJ) condenou a versão falsa do GLOBO. Para Ricardo Pedreira, diretor-executivo da entidade, os falsários tentaram se aproveitar de "uma marca de credibilidade no jornalismo brasileiro para difundir a sua luta política".

— Chega a ser uma ironia que esses grupos, que com tanta frequência acusam os jornais, se valerem exatamente da credibili-

dade dos jornais para tomar uma iniciativa. Isso só mostra como os jornais têm credibilidade — afirma Pedreira.

O diretor da ANJ diz que o fato se trata de um crime e que os responsáveis pela publicação devem ser investigados.

O Cafezinho parabeniza os autores da sátira e espera que mais delas sejam feitas. A Globo tem de parar de ficar tão nervosinha. Há décadas que os programas de humor da Globo satirizam o que e quem eles querem e ninguém jamais pensou em fazer disso caso de polícia.

Alegar que a Globo é uma marca privada é ridículo. A Globo é uma empresa criada com recurso público e sua principal fonte de renda vem de uma concessão pública. Nas últimas décadas, a Globo recebeu mais verba pública do que programas habitacionais de muitos estados. A Globo custa mais caro ao contribuinte do que grandes obras de infra-estrutura, como a transposição do Rio São Francisco.

A menção à campanha contra "fake news", ou notícias falsas, é de fazer chorar de ir. Como assim? A Globo é a maior propagadora de "fake news" do mundo!

A Globo acha que a gente se esqueceu dos oito ou dez minutos que deu para Rubnei Quicoli, no Jornal Nacional, às vésperas da campanha de 2010?

Quicoli era um ex-presidiário que acusou uma pessoa ligada a Dilma de agilizar, para ele, um empréstimo de 8 bilhões de reais do

BNDES...

8 bilhões de reais!

Era um delírio absoluto, mas ao qual a Globo emprestou sua "credibilidade", para subsidiar a campanha tucana, que imediatamente levou a "denúncia" à sua propaganda eleitoral.

Eu fiz uns prints de algumas notícias publicadas pela "versão fake" da Globo. Achei muito interessante, por exemplo, a entrevista com o juiz Sérgio Moro.

É um Moro muito mais sincero do que o Moro real: "precisamos manipular o direito para conseguir fazer o que a gente faz"; "essa é a importância de se prender antes de julgar"; "a democracia dá muitas garantias aos processados", etc...

Nessa era de pós-verdades, me parece mais saudável ler o Globo fake, que ao menos é autêntico em seu desejo de reproduzir "pós-verdades" do que o original, que tenta enganar o povo brasileiro há décadas.

Leia o jornal completo: <http://migre.me/wmBF1>

Do pó viemos, ao pó voltaremos.

Ministro da Justiça determina criação de força tarefa para esclarecimento do caso 'Helicoca'.



EXCLUSIVO

Morte de Teori Zavascki terá a maior investigação vista no país.

Scotland Yard e FBI cotados para colaborar com a perícia.

Ninguém mais lembra, mas o inquérito sobre morte do ministro do STF Teori Zavascki ganhou um reforço: um time internacional de investigadores deve acompanhar o andamento dos trabalhos. O pedido foi feito pelas próprias autoridades brasileiras.

"Achamos estranho como tanta gente importante morre em acidente de avião nesse país", confidenciou um integrante do FBI que não quis se identificar.

Zavascki morreu em uma queda de avião em Angra dos Reis (RJ) dias antes de decidir se homologaria uma série de delações.

ENTREVISTA Sérgio Moro

"Precisamos manipular o direito para conseguir fazer o que a gente faz"

ELIANE CANTANHEIRE
eliane.cantanheire@estrat.net.br

Sérgio Moro – responsável pela Lava Jato –, não é uma pessoa acessível. O paranaense, rompendo a discrição habitual, concedeu uma entrevista exclusiva ao Globo. Moro afirma ter convicção de que o país está transformando – sinala que não sabia em que sentido.

• A forma como você determina as condições coercitivas não fere o Código de Processo Penal?
Que isso, Eliane, estou te estranhando. Primeiro, é "doutor". Segundo, você prestou concurso para juiz? Preste e faça do seu jeito.

• Desculpe. Recentemente você mandou prender um blogueiro por ele ter recebido um pagamento. Mas os débitos de Lula e Dilma foram vazados. Quem vazou? Você sabe, você trabalha no Globo [risos]. As

possíveis têm que entender que a gente precisa manipular o direito para conseguir fazer o que a gente faz.

• Por isso o senhor é a favor das chamadas "Dez Medidas Contra a Corrupção", incluindo a limitação do habeas corpus?
Sim. A democracia – ou melhor, o processo penal – dá muitas garantias aos processados.

• Mas só a Ditadura Militar fez isso... Cuidado com as palavras. Você não tem medo de uma condução coercitiva? Eu posso te processar. Você está me chamando de autoritário? É isso mesmo? O juiz aqui sou eu.

• De forma nenhuma... O senhor é um fi da Operação Mãos Limpas. O que te inspira nela?
A experiência italiana demonstrou duas coisas: que é necessário a ajuda da imprensa no combate à corrupção e que se deve forçar de qualquer

forma os investigados a colaborarem com delações. Esta é a importância de se prender antes de julgar.

• Mas, no final das contas, na Itália pós-Mãos Limpas não surgiu o Berlusconi?
Não é possível prever tudo. Aqui trocou-se a Dilma pelo Michel Temer.

• Por fim, revele um pouco da sua intimidade. Qual seu filme favorito? E livro?
Todos do Charles Bronson. Gosto muito de "O Príncipe", do Maquiavel. Me inspirou a ser juiz.

“ NÃO É POSSÍVEL PREVER TUDO. AQUI TROCOU-SE A DILMA PELO TEMER. ”

31/03/2017 - Rede Brasil Atual

Ato em SP contra reformas de Temer abrem caminho para greve geral do dia 28

Manifestação com vistas à derrubada das propostas contra os direitos dos trabalhadores tem participação de 70 mil pessoas na capital paulista. "O apogeu dessa mobilização vai ser a greve geral no dia 28", diz Guilherme Boulos

"Essa foi uma mobilização vitoriosa. Em São Paulo reunimos mais de 70 mil pessoas. As informações de todo o país são mobilizações expressivas", afirmou o coordenador geral do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, sobre o ato em São Paulo. Em sua parte final, cerca de 70 mil manifestantes ocuparam a Praça da República, região central da capital.

O ato, que começou por volta das 15h, foi declarado encerrado pouco depois das 19h30 e transcorreu de forma pacífica em todo o curso. Os manifestantes se concentraram na avenida Paulista, no vão livre do Masp, de onde caminharam até a República, após ouvirem várias lideranças de movimentos sociais e sindical.

Boulos avaliou o dia de mobilizações como sinal claro de que a população está percebendo a importância da adesão aos movimentos contra a reforma da Previdência, a trabalhista e ao projeto de terceirização irrestrita aprovado semana passada pela Câmara. "É o caldo de rua da virada. Isso ficou muito claro no dia 15 e mais ainda no dia de



hoje".

O ativista concluiu que "o apogeu dessa mobilização vai ser a greve geral no dia 28". Entidades organizadas da sociedade civil, bem como trabalhadores e trabalhadoras não organizados estão mobilizados contra as reformas propostas pelo presidente Michel Temer (PMDB). Para que o governo retire de vez as propostas da pauta, centrais sindicais e movimentos sociais planejam uma greve geral em todo o país, no

dia 28 de abril – programado por centrais e movimentos sociais como um dia nacional de lutas pelos direitos.

"Vamos fazer nossa 'lição de casa', construir um trabalho de base para um grande dia 28 de abril, mas é claro, vamos nos mobilizar a todo momento. A forma sorrateira que eles agem ficou claro na aprovação da terceirização. Então, se esfriar o caldo da rua, eles aproveitam para votar algo na calada da noite. É importante se manter mobilizado", completou Boulos.

Leia mais em: <http://migre.me/wmBQS>

01/02/2017 - Vermelho

Após golpe, desemprego atinge 13,5 milhões, o maior desde 2012

No trimestre móvel entre dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, a taxa de desemprego teve alta de 1,3% em relação ao período imediatamente anterior, ficando em 13,2%, com uma população desocupada de 13,5 milhões de trabalhadores.

Os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) são os mais altos da série histórica, iniciada em 2012.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o desemprego no país teve aumento de 2,9%. Em relação ao trimestre encerrado em novembro do ano passado, o número de pessoas desempregadas cresceu 11,7%, o equivalente a mais 1,4 milhão de desocupadas.

O aumento do número de desempregados em relação ao mesmo trimestre de 2016 foi de 30,6%, mais 3,2 milhões de pessoas procurando emprego.

A população ocupada registrou quedas tanto na comparação com o

trimestre encerrado em novembro (-1%) quanto em relação ao mesmo período do ano passado (-2%).

Segundo o IBGE, apesar do aumento do desemprego, o rendimento médio real habitual do trabalhador ficou estável em R\$ 2.068. A estabilidade também foi registrado na comparação com o mesmo trimestre de 2016, quando o rendimento médio era de R\$ 2.037.

Somente os trabalhadores do setor público tiveram aumento em seus salários, com crescimento de 3,1% ante o trimestre encerrado em novembro. Na comparação com o mesmo período de 2016, a alta foi de 5,1%.

Indicador que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, o nível da ocupação foi estimado em 53,4%, o menor nível da série histórica, com uma recuo de 0,7% em relação ao trimestre móvel anterior.

Leia mais em: <http://migre.me/wmBT4>

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e
Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666
